



## CONFERÊNCIA NACIONAL POPULAR DE EDUCAÇÃO - CONAPE 2022:

### ETAPA I:

### CONFERÊNCIA INTERMUNICIPAL POPULAR DE EDUCAÇÃO - FEIRA NOVA (PE) E LAGOA DE ITAENGA (PE)

## RELATÓRIO

Aos cinco dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, ocorreu no prédio do La Ville Recepções, situado à Rua José Araújo de Lima, 35, Feira Nova, PE, a I Conferência Intermunicipal Popular de Educação – Feira Nova (PE) e Lagoa de Itaenga (PE), etapa que antecede a fase Estadual, culminando na CONAPE 2022, cuja previsão de realização é 10 a 12 de junho de 2022, em Natal-RN.

O evento foi planejado, desenvolvido e financiado de forma colegiada pelas Secretarias de Educação dos dois municípios envolvidos. As primeiras conversas para a troca de informações entre as equipes das secretarias envolvidas foram iniciadas no dia 08 de outubro de 2021, por meio de um grupo de *Whatsapp*. Nele, foram repassadas informações acerca do local, data e horário do evento, foram escolhidos os palestrantes e determinado o número de participantes por município. Para além dos informes, também foram disponibilizados os documentos de instrução e orientação, tais como os ofícios da UNDIME e o documento de referência da CONAPE 2022.

Para um melhor alinhamento no processo de planejamento, foi solicitado que as comissões de cada Secretaria de Educação realizassem a leitura do documento de referência para uma posterior discussão presencial. A discussão foi realizada no dia 20 de outubro de 2022, conduzida por um técnico da Secretaria de Educação de Feira Nova. Nesse momento, foi apresentado à equipe da cidade vizinha o espaço no qual o evento iria ocorrer. Durante essa reunião, foram distribuídos os eixos por líderes de cada município, ficando três para cada cidade. E como estratégia de separação dos participantes no dia do evento houve a proposição de distribuição de pulseiras de seis diferentes cores, sendo cada cor voltada para um dos eixos.



**Foto 1:** Planejamento - discussão coletiva do documento de referência da CONAPE

Conforme mencionado no parágrafo introdutório, o evento ocorreu no dia 05 de novembro de 2021 e aderiu à programação da página seguinte:

## **Programação**

**8h às 9h** – Credenciamento / Café da manhã.

**Apresentação Cultural: Orquestra 20 de dezembro.**

**9h** – Boas-vindas e Composição da mesa

**9h 10min:** Discursos:

- **Prefeito do município de Feira Nova:** Danilson Cândido Gonzaga
- **Prefeita do município de Lagoa do Itaenga:** Maria das Graças de Arruda Silva
- **Secretário de Educação de Feira Nova:** Claudison Vieira De Albuquerque
- **Secretária de Educação de Lagoa de Itaenga:** Helenilda Josefa de Almeida Souza

**9h 30min:** Execução dos Hinos

**9h 40min às 10h 25min** – Palestra Introdutória: Professor Dr. Maurílio Mendes da Silva.

*Plano Nacional de Educação (PNE): Um Breve Olhar sobre os Resultados Parciais.*

**10h 25min às 11h 30min** – Palestra Master: Professor Dr. Edson Francisco de Andrade.

*Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es.*

**11h 30min às 12h** – Leitura do Regimento da Conferência / Encaminhamentos para a tarde.

**12h às 13h 30min** – Almoço.

**13h 30min às 15h** – Discussão dos eixos.

**15h às 16h** – Plenária.

**16h às 16h 30min** – Escolha dos delegados

**16h 30min** - Encerramento.

A apresentação cultural ficou por conta da “Orquestra 20 de dezembro” do município de Feira Nova. Na sua apresentação de boas-vindas, foram executadas canções clássicas do cancionário brasileiro, as quais foram acompanhadas pelos participantes do evento.



**Foto 2:** Apresentação da “Orquestra 20 de dezembro”

As falas de abertura do evento, inclusive aquelas proferidas pelo Chefe do Executivo e pelos Secretários Municipais de Educação versaram sobre a importância da participação popular na construção de uma educação democrática, de qualidade e para todos. Os oradores também ressaltaram a oportunidade de intercambiar as experiências exitosas, assim como as dificuldades comuns vivenciadas pelos profissionais da área e pela sociedade de ambos os municípios. Após as referidas falas, foram executados os hinos pernambucano e brasileiro.



**Foto 3:** Pronunciamento do Sr. Claudison Vieira, Sec. Mul. Educ. de Feira Nova.



**Foto 4:** Pronunciamento da Sra. Helenilda Almeida, Sec. Mul. Educ. de Lagoa de Itaenga.



**Foto 5:** Pronunciamento do Sr. Danilson Gonzaga, Prefeito de Feira Nova.

Na sequência das atividades, ocorreu a primeira palestra do evento, “Plano Nacional de Educação (PNE): Um Breve Olhar sobre os Resultados Parciais”, proferida pelo Professor Dr. Maurílio Mendes da Silva, professor da Secretaria Municipal de Educação de Feira Nova e da Secretaria Estadual de Educação. Em sua abordagem, foram discutidas a finalidade do PNE, as formas e as instâncias de monitoramento, assim como foram apresentados os diferentes níveis de desenvolvimento parcial das metas que compõem o referido Plano. Por fim, foi apontado que os investimentos educacionais no Brasil estão na contramão do financiamento necessário à sua execução.



**Foto 6:** Palestra com o Prof. Dr. Maurílio Mendes da Silva.

Na segunda palestra do evento, foi discutida a temática do evento e que guia a CONAPE 2022, “Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es”, proferida pelo Professor Dr. Edson Francisco de Andrade, professor do programa de pós-graduação da UFPE. A sua explanação foi pautada nas considerações freiriananas sobre a educação, a partir das quais foram estabelecidas conexões com os propósitos do PNE e com os descasos do atual governo no que tange à concretização das metas nele contidas. O palestrante, de forma recorrente, instigou os participantes a repensar sobre o projeto de sociedade desejável e as necessárias condições educacionais. Ao final da sua exposição, ele frisou que uma educação de qualidade perpassa, necessariamente, pelo combate às desigualdades sociais.



**Foto 7:** Palestra com o Prof. Dr. Edson Francisco Andrade.



**Figura 8:** Participantes da Conferência Intermunicipal durante palestras.

Após a proferição das palestras, ocorreu a leitura do Regimento da Conferência Intermunicipal, que foi inspirado no Regimento da CONAPE 2022. As mudanças nele contidas serviram para readequar as normas e orientações à organização do presente evento. O Regimento foi, então, lido e apreciado pelos participantes, que o aprovaram por aclamação.

Seguida à leitura do Regimento, foram dadas as orientações para a realização dos trabalhos do turno da tarde, após o almoço (ocorrido no próprio espaço do evento), realizado no intervalo das 12h às 13h 30min. Os participantes foram divididos em quantitativos similares nos seis diferentes eixos. A divisão dos grupos foi realizada a partir das cores das pulseiras entregues aos participantes no momento do credenciamento do evento.

Às 13h 30min, os participantes de cada eixo foram direcionados às seis diferentes salas. Em cada sala, um coordenador realizou a explanação das principais ideias do seu eixo, pautado nos textos do documento de referência da CONAPE 2022. Em seguida, foram apresentadas as questões norteadoras para discussão. As referidas questões instigaram o posicionamento dos participantes e serviram para a estruturação das suas contribuições que serão levadas à Conferência Estadual.

O Eixo I teve como tema “Décadas de lutas e conquistas sociais e políticas em xeque: o golpe, a pandemia e os retrocessos na Agenda Brasileira” e como problematização a questão: o que fazer para avançar na luta contra os retrocessos na Agenda das Políticas Públicas visando à garantia da democracia e do direito à educação para todos/es/as? Das discussões oriundas desse eixo, emergiram as seguintes proposições:

- Constituição e fortalecimento de Fóruns Municipais de Educação com a finalidade de acompanhar os diferentes planos educacionais (PNE, PEE e PME) e propor ações que viabilizem a concretização das metas neles estabelecidas;
- Investimento em formação política dos atores educacionais (professores, demais servidores, pais e estudantes) no “chão da escola”;
- Reivindicação às autoridades e órgãos competentes de realização de concurso público para provimento das vagas existentes nas entidades de ensino, no intuito de fortalecer as categorias e de promover a sua maior autonomia;
- Problematização de questões políticas relevantes como insumo para a construção de conceitos relacionados à efetivação da cidadania, a partir de uma perspectiva democrática, autônoma e crítica;
- Elaboração de Projetos Pedagógicos Escolares que contemplem uma formação cidadã mais ampla, abarcando conhecimentos como: Acesso a informações via portais de transparência, educação financeira, cooperativismo, etc.;
- Estímulo à participação de educadores em espaços públicos de discussão, tais como sindicatos da categoria, votações em câmaras de vereadores ou assembleias legislativas, orçamento participativo, movimentos comunitários, etc.;
- Incentivo à autoformação docente no âmbito político.



**Figura 9:** Momento de discussão do Eixo I.



O Eixo II teve como tema “PNE, Planos Decenais, SNE, Políticas Setoriais e direito à educação” e como problematização a questão: o que fazer para assegurar a materialização das Diretrizes, das Metas e das Estratégias dos Planos Nacional, Estaduais, Distrital e Municipais de Educação? Como resultado das discussões, foram elencadas as seguintes proposições:

- Exigência do respeito à vigência e à concretude do PNE e dos demais Planos Decenais;
- Manutenção da revisão bienal dos Planos Educacionais em vigência;
- Ampliação das parcerias com as famílias e a comunidade para fortalecimento do coletivo educacional em favor do acompanhamento do cumprimento das metas;
- Disseminação da evolução ou regresso dos índices bianuais das metas do PNE junto à comunidade escolar;
- Combate à emenda 95, conhecida com PEC da morte, e à PEC dos Precatórios por meio de contatos virtuais ou presenciais junto aos parlamentares, bem como por meio da participação em movimentos sociais de protesto aos desmandos administrativos do nosso país;
- Proposição nos espaços escolares nos quais possa ser vivenciada uma educação libertadora e participativa.



**Figura 10:** Momento de discussão do Eixo II.

No Eixo III, o tema foi “Educação e diversidade: justiça social, inclusão e direitos humanos”, seguido da questão: o que fazer para garantir educação e diversidade com

justiça social, inclusão e direitos humanos? Os resultados oriundos dessas discussões foram:

- Proposição de uma Educação pautada na participação, na garantia da escuta, do entendimento das diferenças e do respeito mútuo;
- Discussão coletiva (profissionais da educação, familiares, comunidade e alunos) sobre as problemáticas que afligem a consecução dos direitos humanos, visando sanar qualquer empecilho que dificulte o avanço das políticas inclusivas;
- Assunção do compromisso de agente de transformação social por parte dos educadores que lidam com a tentativa de materialização de um ensino democrático.



**Figura 11:** Momento de discussão do Eixo III.

O Eixo IV abordou o tema “Valorização dos/as profissionais da educação: formação, carreira, remuneração e condições de trabalho e saúde” e teve como questão norteadora: O que fazer para garantir a efetiva valorização dos/as profissionais da Educação? Foram apresentadas as seguintes proposições:

- Viabilização das condições de trabalho docente: redução da carga horária, melhoria salarial e combate às jornadas triplas de trabalho;
- Adoção de campanhas midiáticas de valorização profissional, no intuito de gerar maior atratividade dos jovens pela profissão;
- Proposição de um Plano Nacional de Valorização Profissional;

- Cumprimento do Piso Salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público;
- Valorização salarial dos professores contratados;
- Criação de conselhos regionais de professores ou da ordem dos professores do Brasil;
- Investimento público nos processos de formação continuada docente;
- Estímulo administrativo ao processo de pós-graduação *stricto sensu* dos professores da educação pública nos níveis mestrado e doutorado;
- Criação de cotas nos programas de pós-graduação *stricto sensu* das universidades públicas para professores da Educação Básica das redes públicas de ensino.



**Figura 12:** Momento de discussão do Eixo IV.

O Eixo V versou sobre “Gestão democrática e financiamento da educação: participação, transparência e controle social”. A problematização foi pautada na seguinte questão: o que fazer para garantir o adequado financiamento para a educação pública, como previsto no PNE? Das contribuições resultantes das discussões, podemos mencionar:

- Mobilização social dos diversos atores educacionais no intuito de ampliar a participação popular no âmbito das políticas educacionais públicas;
- Democratização, descentralização e desburocratização dos processos de elaboração e monitoramento das políticas educacionais, assim como da sua execução orçamentária;

- Promoção do acesso da comunidade escolar aos dados orçamentários, via acesso aos portais de transparência e consultas institucionais;
- Fortalecimento dos conselhos educacionais existentes para que eles possam funcionar como órgãos de controle e fiscalização;
- Suspensão da Emenda Constitucional nº 95, que impõe o congelamento de gastos públicos referentes ao provimento dos direitos sociais, inclusive na área educacional.



**Figura 13:** Momento de discussão do Eixo V.

O Eixo VI abordou a “Construção de um projeto de nação soberana e de Estado Democrático, em defesa da democracia, da vida, dos direitos sociais, da educação e do PNE”. Este eixo não trouxe uma problematização específica. A análise pautou-se no estudo do texto que o constitui. Nesse sentido, a equipe que se dedicou à sua discussão apresentou as seguintes contribuições, expressas em “emendas supressivas” e “substitutivas”:

- Na página 83, linha 1446, a permuta de “com a mazela da pobreza” por “com a extrema pobreza”. Justificativa: Retirar a palavra “mazela” que pode ter significados diferentes do que o texto quer expressar, como a falha moral ou uma ferida;
- Na página 83, linha 1450, realizar a permuta de “valor civilizatório” por “valor ético”. Justificativa: Retirar o termo “civilizatório”, por significar fazer sair do estado primitivo para um novo modo de viver de outras civilizações, substituir por ético no sentido de comportamento moral, postura social;
- Na página 83, linha 1463, trocar “Estado Democrático De Direito” em defesa das instituições republicanas, da vida e da soberania popular por “Instituições

Democráticas de Direito". Justificativa: Quando digo Estado Democrático, remete a legisladores, poder do Estado, limitado pelos direitos dos cidadãos e quando falo Instituições Republicanas remeto ao que não tenho obrigações com o governo, fechando em círculos a atuação da luta.

- Na página 85, linhas 1524 e 1525, mudar a expressão: na escola pública, contra as organizações sociais, as parcerias público-privadas e os grupos fascistas como "Escola Sem Partido" e suas correlatas "Leis da Mordça". Proposição: Retirar a parte destacada do texto, uma vez que a luta é por educação pública de qualidade e não contra alguém ou contra um grupo específico.
- Na página 85, linha 1531 a 1534, nas quais contemos o texto: [...] "contra os cortes orçamentários, os contingenciamentos, os bloqueios e o sucateamento das universidades e institutos federais e contra quaisquer ataques do Poder Político e do Poder Judiciário em relação à autonomia universitária e à escolha dos seus dirigentes", apresenta-se a sugestão: Retirar todo parágrafo, em face da autonomia total e ampla contida no mesmo em contraposição aos poderes ali escrito é inconstitucional, demonstra falta de conhecimento legal na legislação.
- Na página 86, linha 1557 a 1563, nas quais lê-se: [...] "pela continuidade, ampliação e fortalecimento de todas as ações, programas e políticas anteriores ao golpe de 2016, que digam respeito às especificidades da educação do e no campo, educação quilombola, educação especial em uma perspectiva inclusiva, educação escolar indígena, educação de pessoas em situação de itinerância, educação de jovens, adultos e idosos, educação de pessoas LGBTQIA+ e educação nas prisões, entre outras, com políticas afirmativas que elevem a condição cidadã destes brasileiros e brasileiras historicamente marginalizados e impedidos de exercer seu direito constitucional à educação", o grupo apontou as seguintes proposições: 1) Retirar o golpe de 2016 e substituir por, o processo de impeachment , uma vez que a palavra golpe, volta a um discurso político-partidário, o que não é o objetivo deste documento. 2) Retirar o termo destacado "educação de pessoas LGBTQIA+", por entender que esses grupos estão inclusos na educação já citada no parágrafo como na educação de jovens e adultos, de idosos entre outros (fases que atendam métodos pedagógicos diferenciados) e não filosofia de vida, uma vez que, educação é direito de todos.



**Figura 14:** Momento de discussão do Eixo VI.

Após as Plenárias de Apresentação das discussões desenvolvidas nos diferentes eixos, foi realizada a indicação dos delegados, dois por município, e dos seus suplentes, um por município. As escolhas foram pautadas na aclamação do público presente, sendo escolhidos:

Para a representação do município de Feira Nova (PE):

Delegada 1: Adélia Belarmino de Lima

Delegado 2: Thiago Nunes de Barros Santos

Suplente: Elias Machado de Farias Neto

Para a representação do município de Lagoa de Itaenga (PE):

Delegado 1: Eudes de Freitas Moraes

Delegado 2: Lucas Alves do Espírito Santo

Suplente: José Elias de Andrade Filho

A Conferência Intermunicipal Popular de Educação: Feira Nova e Lagoa de Itaenga foi considerada uma valiosa experiência na área educacional, um momento ímpar de discussão, de participação democrática e de intercâmbio de experiências. Pode-se afirmar que o evento se constituiu como um momento necessário à avaliação do desenvolvimento das metas do PNE 2014, sendo possível verificar os seus avanços e retrocessos, bem como estabelecer *links* com as ações desenvolvidas nos dois municípios em comparação com o contexto nacional.

As proposições coletivas oriundas dos estudos dos diferentes eixos no que tange às inquietações das problemáticas educacionais também se constituíram em um ganho

importante do evento, já que servirão de insumo para a Conferência Estadual Popular de Educação e a CONAPE 2022, permitindo que a multiplicidade de vozes envolvidas no nesse encontro reverberem em contextos mais amplos e, politicamente, mais fortalecidos.

#### REFERÊNCIAS:

CONAPE 2022. **Caderno Virtual**. Abril, 2021. Disponível em: <http://fnpe.com.br/conape2022/> Acessado em: 01 de outubro de 2021.

**ANEXOS:**



**REGIMENTO DA ETAPA INTERMUNICIPAL CONAPE 2021**  
**FEIRA NOVA E LAGOA DO ITAENGA**

**CAPÍTULO I**

**DA REALIZAÇÃO E CARÁTER DA CONFERÊNCIA**

**Art. 1º** As equipes das Secretarias Municipais de Educação de Feira Nova – PE e de Lagoa de Itaenga – PE definiram a Conferência Intermunicipal Popular de Educação, realizada no dia 05 de novembro de 2021 como uma das etapas preparatórias da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape 2022).

**Parágrafo único.** A Conferência Intermunicipal de Educação possui caráter mobilizador, de luta e resistência na defesa da democracia, da vida e dos direitos sociais.

**CAPÍTULO II**

**DOS OBJETIVOS**

**Art. 2º** A Conferência Intermunicipal de Educação tem por objetivos:

I. OBJETIVO GERAL: Mobilizar os setores e segmentos da educação municipal dedicados à defesa do Estado democrático de direito, da Constituição Federal (CF) de 1988, do PNE e de um projeto que garanta educação pública com a mais ampla abrangência, de gestão pública, gratuita, inclusiva, laica, democrática e de qualidade social a todas, todos e todes, a fim de consolidar uma plataforma comum de lutas pela educação no País.

II. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- a. Fortalecer o Estado democrático de direito, a democracia, a participação popular e a justiça social;
- b. potencializar a confiança nos professores e professoras e demais profissionais da educação, nas instituições e sistemas educacionais, nos/nas estudantes, visando à materialização de processos formativos e avaliativos contextualizados, vinculados a projetos educativos democráticos e emancipatórios;

c. monitorar e avaliar a implementação do PNE, com destaque específico ao cumprimento das metas, sem prescindir de uma análise global do plano, e indicar ações para promover as políticas públicas educacionais.

### **CAPÍTULO III**

#### **DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO**

**Art. 3º** A Conferência Intermunicipal de Educação: Feira Nova e Lagoa de Itaenga 2021 será presidida pela Coordenação dos Secretários Municipais de Educação dos municípios envolvidos e será desenvolvida pelas comissões por eles elaboradas.

**Art. 4º** Com o objetivo de assegurar a existência de um relatório final coerente, que possa contribuir para a formulação das ações subsequentes, foi designado um grupo de trabalho especial, responsável pela sistematização das propostas aprovadas na Plenária Final.

### **CAPÍTULO IV**

#### **DO TEMÁRIO E DA PROGRAMAÇÃO**

**Art. 5º** A etapa intermunicipal da Conape tem como tema principal: *“Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es”*.

§1º O Lema da etapa intermunicipal da Conape é “Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”.

§2º São eixos de discussão da fase intermunicipal da Conape:

**EIXO I - DÉCADAS DE LUTAS E CONQUISTAS SOCIAIS E POLÍTICAS EM XEQUE: O GOLPE, A PANDEMIA E OS RETROCESSOS NA AGENDA BRASILEIRA.**

**EIXO II** - PNE, PLANOS DECENAIS, SNE, POLÍTICAS SETORIAIS E DIREITO À EDUCAÇÃO.

**EIXO III** – EDUCAÇÃO, DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE: JUSTIÇA SOCIAL E INCLUSÃO.

**EIXO IV** – VALORIZAÇÃO DOS/AS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO: FORMAÇÃO, CARREIRA, REMUNERAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO E SAÚDE.

**EIXO V** - GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: PARTICIPAÇÃO, TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL.

**EIXO VI** - CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DE NAÇÃO SOBERANA E DE ESTADO DEMOCRÁTICO EM DEFESA DA DEMOCRACIA, DA VIDA, DOS DIREITOS SOCIAIS, DA EDUCAÇÃO E DO PNE.

**Art. 6º** A etapa intermunicipal da Conape será estruturada com a seguinte dinâmica e programação:

- a. Credenciamento.
- b. Apresentação Cultural.
- c. Solenidade de abertura.
- d. Discussão sobre os Resultados Parciais do PNE.
- e. Abordagem sobre o Temário da Conferência.
- f. Aprovação do Regimento Interno.
- g. Plenárias de Eixos.
- h. Plenária Final.

**Art. 7º** Os debates da Conferência Intermunicipal deverão orientar-se por uma visão ampla, abrangente, inclusiva e sistêmica da educação, primando pela garantia do processo democrático, pelo respeito mútuo entre os/as participantes, pela promoção da pluralidade de ideias, identidades e expressões, pela consideração à representatividade dos segmentos e movimentos sociais.

## **CAPÍTULO V**

### **DA METODOLOGIA NA ETAPA NACIONAL DA CONFERÊNCIA**

**Art. 8º.** Para a elaboração do Documento Base que será enviado à Conferência Estadual, a Coordenação do evento designou a Comissão de Sistematização, constituída por representações dos dois municípios.

#### **Seção I**

##### **DAS PLENÁRIAS DE EIXO**

**Art. 9º.** As plenárias de eixo terão as seguintes etapas:

I. apresentação do eixo pelo líder do grupo;

II. discussão e votação dos destaques e encaminhamentos das deliberações para a Plenária Final.

#### **Seção II**

##### **DA PLENÁRIA FINAL**

**Art. 10.** Na Plenária Final, só serão discutidos os destaques já encaminhados por votação nas Plenárias de Eixos.

**§ 1º** O tempo destinado para as apresentações dos destaques de cada eixo será de, no máximo, 10 (dez) minutos.

**§ 2º** As propostas aprovadas na Plenária Final da etapa Intermunicipal serão encaminhadas à Conferência Estadual de Educação, etapa intermediária que antecede a Conape 2022.

**Art. 11.** Será realizada a escolha de dois delegados municipais, um por município, que participarão da Conferência Estadual. A escolha será realizada por aclamação do público presente à Conferência Intermunicipal Popular de Educação: Feira Nova e Lagoa de Itaenga.

**Art. 12.** As questões de ordem levantadas deverão ser resolvidas pela coordenação dos trabalhos.

## **CAPÍTULO VI**

### **DO CREDENCIAMENTO**

**Art. 13.** O credenciamento dos participantes da Conferência Intermunicipal Popular de Educação: Feira Nova e Lagoa de Itaenga ocorrerá a partir das 08 horas do dia 05 de novembro de 2021.

## **CAPÍTULO VII**

### **DOS RECURSOS FINANCEIROS**

**Art. 14.** As despesas com a organização e a realização da Conferência Intermunicipal Popular de Educação: Feira Nova e Lagoa de Itaenga, etapa da Conape 22, ocorrerão de forma compartilhada entre os dois municípios.

## **CAPÍTULO VIII**

### **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 15.** Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pela Coordenação da Conferência Intermunicipal.

Pleno do Coletivo de Participantes da Conferência Intermunicipal Popular de Educação:  
Feira Nova e Lagoa de Itaenga.

Aprovado em 05 de novembro de 2021.

